

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 2.249, DE 2011

Proíbe a fabricação e a comercialização de refrigerantes que contenham a substância tóxica benzeno como ingrediente ou subproduto do seu processo de fabricação, e dá providências correlatas.

Autor: Deputado NELSON BORNIER

Relator: Deputado AMAURI TEIXEIRA

I - RELATÓRIO

A proposição em estudo tem o objetivo de proibir a fabricação e a comercialização de refrigerantes que contenham benzeno como ingrediente ou subproduto do seu processo de fabricação.

Alega o seu autor que existe uma norma da Anvisa, a Resolução RDC nº 252, de 11 de setembro de 2003, que proíbe a fabricação e a comercialização de produtos que contenham benzeno. Entretanto, esta norma faz uma exceção: admite a presença de benzeno, como agente contaminante, em percentual não superior a 0,1% v/v (volume por volume).

Por este motivo, o autor entende a necessidade de proibir não apenas a adição de benzeno, mas qualquer processo produtivo que possa gerar, como subproduto, esta substância.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Seguridade Social e Família, à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em regime ordinário e de apreciação conclusiva pelas comissões.

Cabe a esta CSSF a apreciação do projeto de lei sob o ponto de vista do mérito e da saúde pública. Eventuais problemas de técnica legislativa e de redação serão analisados pela CCJC.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

É realmente preocupante a denúncia, feita por entidades de defesa do consumidor, da existência de refrigerantes que contêm benzeno em sua composição. E, nesse sentido, entendemos como relevante a iniciativa do ilustre Deputado Nelson Bornier.

Soubemos que, em 2009, a Associação de Consumidores Proteste analisou diversas amostras de refrigerantes e identificou a presença de benzeno em sete delas. Os maiores níveis foram encontrados em duas amostras de bebidas cítricas, a Fanta Laranja Light (da Coca-Cola) e a Sukita Zero (da Ambev).

O benzeno se forma por reação entre o ácido benzoico e o ácido ascórbico (vitamina C adicionada nos refrigerantes de laranja ou limão), nas bebidas diet e light, uma vez que a presença do açúcar, nos refrigerantes normais, inibe a formação da substância.

A denúncia da Proteste originou uma investigação do Ministério Público Federal que, no início de mês de novembro de 2011, fez um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Coca-Cola, Schincariol e a Ambev, empresas responsáveis por 90% do mercado de refrigerantes no Brasil. As empresas se comprometeram a reduzir a quantidade de benzeno nos refrigerantes a no máximo 5 ppb – cinco partes por bilhão ou cinco microgramas por litro -, em um prazo de cinco anos, ou seja, até 2016. Este limite de 5 ppb é o mesmo limite máximo exigido para a água potável. Quem descumprir o acordo (TAC) poderá pagar multas ou outras penalidades.

E aqui cabe a pergunta: até 2016 a população estará exposta ao consumo de refrigerantes com limites de benzeno acima dos limites toleráveis? Ainda mais com a moda dos refrigerantes *diet* e *light*, que atualmente são os mais consumidos?

Sabemos que o benzeno também está presente na fumaça do cigarro, no escapamento dos automóveis e em alguns produtos industriais, como plástico, borracha e detergentes, o que aumenta a sua absorção no organismo humano.

O benzeno é classificado como uma das dez substâncias comprovadamente mais causadoras de câncer pelo IARC – International Agency for Research on Cancer, a agência internacional de pesquisas sobre câncer, da Organização Mundial da Saúde. O benzeno está classificado no Grupo 1 – das substâncias comprovadamente causadoras de câncer em humanos.

Entendemos o papel do Ministério Público Federal de Minas Gerais, que fez o Termo de Ajustamento de Conduta, em ter uma solução rápida para o caso, sem grandes contratempos para os fabricantes e para a sociedade. Mas entendemos, também, que o prazo é demasiado longo. Quantas pessoas neste prazo serão muito prejudicadas pelo consumo de fantas e sukitas com excesso de benzeno?

Apesar de identificarmos problemas de redação e técnica legislativa na propositura, que certamente serão sanados na douta comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), apoiamos a proibição da fabricação e comercialização dos refrigerantes que contenham benzeno.

Por estes motivos votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.249, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado AMAURI TEIXEIRA
Relator